

marxistas dominantes?) e ainda a forma dispersa, fragmentada e abreviada sob que se apresentam tratados os mais variados temas nos *Quaderni*.

Precisamente o objectivo do autor era produzir, a partir desse conjunto de «reflexões descontinuas e heterogeneas», «o que Gramsci não pôde produzir: um pensamento articulado, desenvolvido com coerência» (p. 10), tarefa bem difícil, facto que o autor não deixa de assinalar, ao comparar o elevado número de trabalhos sobre a vida de Gramsci com as escassíssimas interpretações de conjunto da sua obra.

Para tentar construir, pois, um conhecimento unificador, procurou um conceito-chave capaz de constituir um polo na organização dos vários elementos dispersos, que fosse ao mesmo tempo um ponto de apoio sólido na arquitectura do pensamento político de Gramsci. Foi, a noção de «intelectual» (noção predominante no pensamento de Gramsci) que guiou a elaboração do plano de trabalho. Assim a ideia-mestra se desenvolve e repercute nos diversos níveis em que a análise se vai aplicando: cap. I — «O intelectual orgânico»; cap. II — «O intelectual tradicional»; cap. III — «O partido»; cap. IV — «A função hegemónica do partido», etc., até ao cap. VIII — «O Estado».

Não é este o local para entrar num exame aprofundado sobre a possível fraqueza crítica do autor, sobre a sua possível timidez em tirar mais fundas consequências das análises para um esclarecimento da natureza específica da contribuição de Gramsci para o grande debate marxista. É bem provável que no final da leitura haja, neste sentido, um certo sentimento de incompletude. Parece-nos, no entanto, que seria injusto com o autor ficar aí. Discutível é certo, limitada poderá ser a sua tentativa de re-construção de um pensamento articulado. A verdade, porém, é que ela poderá ser um incitamento a outros trabalhos e mesmo que mais não seja, uma fonte de informação de inegável utilidade.

Maria Eduarda Cruzeiro

CASTELLS, Manuel — *Luttes Urbaines*, Paris François Mapero, 1973.

Quando se fala de «urbanização», entende-se, antes de mais, uma deter-

minada relação da população com o espaço, ou melhor uma forma particular de organização social do espaço que é função, numa formação social, da articulação específica das relações económicas.

Compreende-se, por conseguinte, que numa formação social onde o modo de produção capitalista (M.P.C.) for dominante a urbanização será basicamente determinada pela força duma racionalidade económica. Mas, nas formações sociais «de transição para o socialismo» (onde o M.P.C. já não é dominante), o papel preponderante no processo de urbanização pertence ao Estado e a relação da população com o espaço dependerá essencialmente, da linha política que for definida e pode ser, por conseguinte, independente do económico.

O fenómeno da urbanização¹ que nos aparece, «historicamente ligado ao fenómeno da industrialização capitalista»², fazendo parte integrante do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, assumiu tal importância, no mundo contemporâneo, que um autor com o vigor intelectual e as perspectivas teóricas de Henri Lefebvre pôde falar já de «Sociedade Urbana», em termos que manifestam completa ruptura com a teoria da luta de classe e dos modos de produção³. Com efeito, H. Lefebvre distingue, no processo histórico, três grandes eras: a era agrária, a era industrial e a era urbana (ou post-industrial), a que corresponderiam, respectivamente, uma

¹ Trata-se duma organização específica do espaço que se baseia, fundamentalmente, na decomposição dos modos de produção pré-capitalistas e na consequente emigração das populações em direcção aos centros urbanos, onde se concentram os meios de produção e onde se vai concentrar a força de trabalho.

² Não se pretende sugerir aqui, que exista entre os dois fenómenos mencionados uma relação de causalidade, nem mesmo de simultaneidade e concomitância; com efeito, nos países economicamente «subdesenvolvidos», e dependentes, a taxa de urbanização é muito superior à taxa de industrialização e, além disso, nada impede, em princípio, uma industrialização descentralizada.

³ Isto confirma a nossa convicção de que o problema das formas de articulação entre a teoria e a prática se reveste da maior importância teórica e que, no processo de produção de conhecimentos, a relação dialéctica entre estes dois domínios assume particular relevo. Por outras palavras, um trabalho teórico amputado da respectiva prática tem fortes probabilidades de apresentar um carácter predominantemente ideológico, mesmo que traduza grande poder especulativo.

«sociedade agrária», uma «sociedade industrial» e uma «sociedade urbana» caracterizando-se esta última por uma espécie de «novo humanismo» conseguido, essencialmente, através da «revolução urbana», que o referido autor situa na esfera do consumo e do «quotidiano» e não na esfera da produção. Afirmando a existência duma relação de causalidade entre as novas formas ecológicas, resultantes da nova organização social do espaço, e as novas formas culturais, atribui, na prática, ao «urbano» o carácter de força produtiva e concebe as contradições fundamentais, abandonando, por conseguinte, a problemática da luta de classes, que já não seria própria da «sociedade urbana». Tudo isto manifesta, por um lado, a importância crescente que tomam os «fenómenos urbanos» e, por outro lado, a preponderância da ideologia e o consequente «vazio teórico» que caracterizam os discursos relativos a este domínio.

Deve-se a M. Castells o maior esforço teórico até hoje realizado no campo da «Sociologia Urbana» principalmente com a sua obra *La Question Urbaine*, de carácter fundamentalmente teórico, e destinada, portanto, à produção de instrumentos científicos de análise da realidade urbana. Nesse livro, merece relativo realce a maneira de articular os fenómenos urbanos e os processos políticos (que podem referir-se, quer ao Estado, quer às relações de classe), já que nesta articulação se encontra a chave da construção teórica do «urbano»: as novas contradições «urbanas» são a expressão, ao nível da cidade, das contradições sociais, que têm a sua origem nas relações económicas. É nesta perspectiva que se torna necessário fazer o *estudo da política urbana*, ou seja, das *relações de poder no sistema urbano*. Este englobará, por um lado, a *análise da planificação urbana*, cujo objectivo último consiste em assegurar a necessária e permanente reestruturação do sistema urbano; englobará, por outro lado, a *análise dos movimentos sociais urbanos*, isto é, das práticas sociais «urbanas» (e da sua articulação com as outras práticas sociais) que têm por finalidade última a transformação da estrutura social ou da relação de forças no que se refere às relações de classes. Será, portanto, ao nível dos movimentos

sociais urbanos, e não ao nível da planificação urbana, que terão a sua origem os processos de mudança que se opõem à conservação da «ordem urbana», determinada pelo jogo das forças economicamente dominantes.

No que se refere aos *movimentos sociais urbanos*, cuja importância acabámos de salientar, Castells encontrou pela frente um terreno quase virgem, com um espaço teórico muito mal delimitado e uma pobreza quase total de descrições concretas utilizáveis. Esta constatação encontra-se na base do seu novo livro, *Luttes Urbaines*, que se enquadra, portanto, na sequência lógica do primeiro, embora não tenha a mesma precisão e a mesma austeridade de linguagem, nem a mesma preocupação de elaboração teórica.

De facto, com *Luttes Urbaines* Castells pretende apenas iniciar uma primeira fase, de carácter exploratório, que lhe forneça os elementos de informação necessários para uma futura construção da teoria dos movimentos sociais urbanos. Para isso toma como ponto de partida as reivindicações populares que têm origem nas contradições específicas relacionadas com a problemática urbana, de que fazem parte integrante não só os problemas que se referem às condições de alojamento e de acesso aos equipamentos colectivos e os problemas relacionados com os transportes, a circulação, os «loisirs», etc., mas também problemas de natureza muito diferente como aqueles que dizem respeito à chamada «terceira idade» à juventude, às minorias étnicas e religiosas, à segregação ecológica e social, etc..

Tratando-se duma fase de carácter exploratório, onde se procura examinar, atentamente, os novos tipos de conflitos e de mobilizações sociais nascidos das novas contradições sociais, próprias da vida urbana, não pode estranhar-se nem o carácter acentuadamente descritivo, nem o tipo de linguagem utilizada, que deixa transparecer, muitas vezes, por entre as precauções e a aparente neutralidade do cientista social, as compreensíveis preocupações de quem pretende, não apenas «conhecer», mas intervir na realidade sobre que se debruça.

Podem distinguir-se, neste livro, duas partes diferentes.

1) Na primeira procura-se introduzir o leitor nalguns aspectos da **391**

problemática urbana, fazendo ressaltar a importância da relação dialéctica entre *planificação urbana* e *movimentos sociais urbanos* e da integração das lutas urbanas num processo mais amplo de reivindicações.

2) Na 2.^a parte, perante o «vazio teórico» e a ausência de pesquisas científicas específicas, Castells opta pela iniciação de um processo de teorização, a partir da «prática social», tentando descobrir nos mais recentes casos de lutas urbanas, as suas linhas de força e a sua estrutura interna; e decide fazer a análise concreta e profunda de quatro desses casos⁴, directamente conhecidos pelo autor e considerados significativos.

a) *Luta contra a «renovação urbana» em Paris*

As recentes «lutas urbanas» desenvolveram-se, em Paris, com base na acção de grupos de militantes políticos, que se foram constituindo, um pouco por toda parte, durante os «acontecimentos de Maio» de 1968 e no período que se lhes seguiu. Trata-se da mobilização de determinados grupos populacionais contra a pretensa «renovação urbana» que, na prática, se traduz por dois movimentos correlativos e antagónicos: *por um lado a deportação massiva das camadas populares das zonas centrais para a periferia*, o que permite reforçar, ainda mais, a segregação ecológica e social das classes trabalhadoras, *por outro lado, a ocupação dos referidos espaços pelas classes economicamente dominantes, nomeadamente pelos trusts económicos e financeiros nacionais e internacionais*, que ali constroem novos centros de gestão e administração.

O que caracteriza este tipo de luta é o facto de ter mantido sempre a sua especificidade urbana, o que permite uma análise, capaz de lhe determinar as características e as limitações próprias.

⁴ Não se trata duma escolha «inocente», mas duma escolha alicerçada numa certa intenção teórica (como, aliás, ele próprio confessa) já que estas experiências lhe permitem, «de maneira exemplar, estudar a relação entre luta urbana, luta política e problemática mítica do urbano». Se esta metodologia não lhe permite estabelecer conclusões de natureza teórica, permite-lhe, pelo menos, estabelecer hipóteses teóricas, o que se coaduna perfeitamente com as características exploratórias desta análise.

b) *O caso de Montreal (Canadá)*

Enquanto as «lutas urbanas» em Paris mantêm, como se disse, a sua autonomia e especificidade, verifica-se, em Montreal, que acabam por ser «absorvidas» e por encontrar a sua expressão numa frente propriamente política. De facto, surgem dois acontecimentos inesperados e curiosos: verifica-se, em primeiro lugar, que os vários «comités de acção» se constituíram com base na actividade de «animadores sociais», pagos pelo município, e cuja função era de natureza essencialmente integradora, mas que se revelaram capazes duma reflexão teórica e duma prática social que tornaram possível a passagem de práticas assistenciais a práticas reivindicativas; e verifica-se, em segundo lugar, a passagem dum movimento de reivindicações urbana a um movimento essencialmente político, com a constituição de uma Frente de Acção Política (com base nos referidos comités), por ocasião das eleições municipais de 1970.

c) *O movimento de acção ecológica, nos Estados Unidos*

Os motivos de natureza ecológica revelam, neste país, grande poder de mobilização, orientando-se no sentido de um «equilíbrio natural» (entre o homem e a natureza) e, portanto, contra toda a espécie de poluição.

A característica fundamental deste movimento de reivindicação (tal qual se tem, em princípio, verificado até agora), está na sua base profundamente ideológica e mistificadora⁵, que tornou possível uma acção mais ou menos comum e generalizada, substituindo, assim, a luta social pela luta «entre o Homem e a Natureza» e conseguindo, num amplo movimento integrador, a adesão não só das classes médias e das camadas dirigentes, mas também de muitos grupos de jovens que incluem, até, numerosos estudantes de linha radical.

No entanto, os problemas ecológicos podem tornar-se explosivos, na

⁵ De facto, não se faz, em geral, a ligação entre poluição e lucro privado (a poluição seria uma espécie de *calamidade*), nem se analisa, de maneira crítica, o apoio dos meios dirigentes e patronais a este tipo de reivindicação, cujas consequências se fazem sentir, aliás, a nível económico, político e social, de maneira favorável às classes dominantes.

medida em que começam a surgir sinais duma mudança de perspectiva e duma possível articulação da acção ecológica e da luta política.

d) *O movimento dos «probladores» no Chile*

Este movimento consiste na ocupação ilegal e colectiva de terrenos urbanos e na construção de verdadeiros «bairros populares», à margem da «ordem estabelecida». A importância e a originalidade de que se reveste está na sua articulação íntima com as relações de classe e a luta política.

A crise estrutural de alojamento fez com que, no Chile, a luta urbana adquirisse uma importância conjunturalmente principal, tornando-se, como diz Castells, «*um dos eixos da luta social no Chile, no período que precedeu as eleições de 1970, com um nível de significação por vezes superior ao da luta operária*»...

O interesse teórico e prático deste movimento exige um estudo muito mais aprofundado e não o breve relatório que neste livro se nos apresenta. Nestes acampamentos criados contra a lei devem ter surgido, por exemplo, *novos modos de vida*, cujas características importa conhecer.

Fundamentando-se nestes quatro casos «exemplares», Castells procura iniciar uma primeira elaboração teórica dos movimentos sociais urbanos, tentando entender-lhes a estrutura, compreender as determinantes sociais que os permitem e as leis de articulação deste tipo de acção, próprio do processo de consumo colectivo (e que se opõe à «racionalidade urbana» capitalista) com outros tipos de luta social.

Já se disse, logo no princípio, que se trata de um livro de carácter exploratório e semi-descritivo, escrito, aliás, num estilo nada habitual nos textos de Castells. Talvez tudo isso fosse exigido ou de certo modo se justifique pela sua natureza e finalidade.

No entanto, quem se habituou à coerência de pensamento, ao rigor e austeridade de linguagem e à constante preocupação científica que se verificam nas outras obras do autor, não deixará de sentir que um tema de tal importância merece ser tratado por Castells de maneira menos apressada. De qualquer modo, porém, *Luttes Urbaines* nada tem de superficial e a sua leitura é indispensável a quem se interessa pela problemática urbana.

António Teixeira de Sousa